



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INVASÃO CULTURAL: ANÁLISE CRÍTICA DE UM EDITAL DE EXTENSÃO À LUZ DA PEDAGOGIA LIBERTADORA DE PAULO FREIRE

*UNIVERSITY EXTENSION AS CULTURAL INVASION: A CRITICAL ANALYSIS OF AN EXTENSION
CALL FOR PROPOSALS IN LIGHT OF PAULO FREIRE'S LIBERATORY PEDAGOGY*

*LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA COMO INVASIÓN CULTURAL: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE UNA
CONVOCATORIA DE EXTENSIÓN A LA LUZ DE LA PEDAGOGÍA LIBERADORA DE PAULO FREIRE*

Oséias Freitas de Oliveira Junior - Doutor em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Mestre em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como Técnico em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte da UFMS. Desenvolve pesquisas em Gestão Universitária; Extensão Universitária; Políticas Públicas em Educação; Empregabilidade e Sustentabilidade em Comunidades Tradicionais.

Elcio Gustavo Benini - Doutor em Educação (UFMS). É professor Associado da Escola de Administração e Negócios (ESAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atua nos Programas de Pós-graduação em Administração (PPGAD) e no Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Organizações, Trabalho e Educação (GEPOTE). Tem como temas de estudo e pesquisa: Epistemologia e Estudos Organizacionais; Teoria Crítica das Organizações; Trabalho Associado e Economia Solidária; Autogestão; Administração Pública; Políticas Públicas; Trabalho e Educação.

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica do Edital Nº 346/2025 - PROECE/UFMS, que regulamenta a seleção para exposição e comercialização de produtos no Mercado Escola da UFMS, utilizando os fundamentos da pedagogia libertadora de Paulo Freire. O objetivo é examinar como as práticas e estruturas propostas pelo edital se alinham ou se distanciam dos conceitos freirianos de invasão cultural, educação bancária, cultura do silêncio, conscientização, diálogo e ontopraxis. A análise busca desvelar as implicações das abordagens contidas no edital para a autonomia e humanização dos participantes, argumentando que, embora a iniciativa possa oferecer oportunidades, sua concepção e execução podem, inadvertidamente, reproduzir mecanismos de dominação, em vez de promover uma verdadeira libertação e transformação social.

Palavras-chave: Paulo Freire; Edital; Extensão Universitária; Invasão Cultural; Educação Bancária.

ABSTRACT

This article proposes a critical analysis of Public Notice No. 346/2025 – PROECE/UFMS, which regulates the selection process for the exhibition and commercialization of products at the

UFMS School Market, using the foundations of Paulo Freire's liberating pedagogy. The objective is to examine how the practices and structures proposed in the notice align with or diverge from Freirean concepts such as cultural invasion, banking education, the culture of silence, conscientization, dialogue, and ontopraxis. The analysis seeks to reveal the implications of the approaches contained in the notice for the autonomy and humanization of the participants, arguing that, although the initiative may offer opportunities, its conception and implementation may inadvertently reproduce mechanisms of domination rather than promote genuine liberation and social transformation.

Keywords: Paulo Freire; Public Notice; University Extension; Cultural Invasion; Banking Education.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis crítico del Edital N.º 346/2025 – PROECE/UFMS, que regula el proceso de selección para la exposición y comercialización de productos en el Mercado Escuela de la UFMS, a partir de los fundamentos de la pedagogía liberadora de Paulo Freire. El estudio examina cómo las prácticas y estructuras establecidas en el edital se alinean o se distancian de los conceptos freireanos de invasión cultural, educación bancaria, cultura del silencio, concientización, diálogo y ontopraxis. El análisis busca revelar las implicaciones de los enfoques contenidos en el edital para la autonomía y la humanización de los participantes. Se argumenta que, aunque la iniciativa puede generar oportunidades de participación y visibilidad, su concepción e implementación pueden, inadvertidamente, reproducir mecanismos de dominación en lugar de fomentar una verdadera emancipación y transformación social.

Palabras clave: Paulo Freire; Convocatoria pública; Extensión universitaria; Invasión cultural; Educación bancaria.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária brasileira, concebida como elo entre universidade e sociedade, carrega contradições que exigem análise crítica. Embora se apresente como instrumento de democratização do conhecimento e inclusão social, frequentemente reproduz relações de poder que subordinam comunidades aos saberes acadêmicos institucionalizados. Em sua concepção dialógica, propõe o encontro entre saber acadêmico e saber popular; contudo, esse encontro é muitas vezes mediado por normatizações que, sob a lógica da eficiência administrativa, silenciam as subjetividades que pretendem incluir. Tal problemática evidencia-se à luz da pedagogia libertadora de Paulo Freire e das perspectivas decoloniais, que denunciam como práticas aparentemente inclusivas podem converter-se em formas sutis de invasão cultural e dominação epistemológica.

Nesse contexto, o Mercado Escola da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) constitui espaço estratégico de comercialização e formação voltado à agricultura familiar e à economia criativa, funcionando como um laboratório de extensão universitária, voltado à pequenos agricultores. O presente estudo investiga como o Edital (UFMS, 2025), que regula sua ocupação, expressa tensões entre discursos de inclusão e práticas potencialmente opressoras ao estabelecer critérios de seleção, normas de conduta e exigências institucionais que podem reforçar a subalternização de saberes não certificados.

Diante disso, questiona-se de que modo o Edital (UFMS, 2025) pode reproduzir mecanismos de invasão cultural, educação bancária e colonialidade do saber, contrariando os princípios da pedagogia libertadora e perpetuando relações de dominação entre universidade e comunidades participantes. Parte-se da hipótese de que, apesar de suas intenções inclusivas, o edital reproduz estruturas de dominação típicas da extensão bancária ao impor padrões institucionais exógenos às realidades comunitárias sem processos dialógicos efetivos.

O objetivo geral consiste em analisar criticamente o referido edital sob a perspectiva da pedagogia libertadora de Paulo Freire e da decolonialidade, identificando elementos de invasão cultural, educação bancária e subalternização epistemológica nas práticas extensionistas. A relevância da investigação reside na necessidade de repensar as práticas extensionistas contemporâneas e refletir sobre a construção de uma extensão universitária verdadeiramente dialógica, horizontal e transformadora.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Paulo Freire, em sua análise da realidade, desenvolve conceitos cruciais como invasão cultural e educação bancária para fundamentar seu pensamento sobre como os opressores implementam e mantêm seu poder sobre os oprimidos. Assim, oferece um arcabouço teórico forte para analisar as relações de poder implícitas em processos educativos e de desenvolvimento, questionando a neutralidade do conhecimento e a forma como o assistencialismo pode se converter em dominação.

A invasão cultural constitui um dos pilares da teoria antidualógica freireana, caracterizando-se pela imposição sistemática dos valores, visões de mundo e práticas culturais dos grupos dominantes sobre as comunidades dominadas. Este processo não se limita à substituição superficial de costumes, mas opera uma transformação profunda na consciência dos invadidos, alterando sua percepção de si mesmos e de sua realidade. Nessa dinâmica, o invasor é o sujeito ativo da ação enquanto os invadidos apenas alimentam a ilusão de participar da ação. O invasor é quem detém a palavra; aos invadidos, proibidos de expressar a própria voz, resta apenas ouvir e repetir o discurso do outro. O invasor pensa sobre os invadidos, mas nunca com eles; estes são apenas objetos do pensamento daquele. Assim, o invasor prescreve, e os invadidos tornam-se receptores passivos dessa prescrição (Freire, 1983b).

A invasão cultural, que é uma conquista da mente e da percepção do outro, busca que os invadidos vejam sua realidade com a ótica dos invasores, promovendo a crença em sua inerente inferioridade e a superioridade dos dominantes (Freire, 1983b). Embora a história humana seja marcada por domínios de povos sobre outros povos, foi com as navegações europeias, a partir do século XV, que se consolidaram processos sistemáticos de colonização. Estes processos representaram invasões não apenas físicas, mas também políticas, históricas, psíquicas e culturais. Considerando todos esses âmbitos, Freire propõe um processo de luta contra os colonizadores por meio da “descolonização das mentes” (Freire, 1978, p. 16).

Este processo transcende a independência política, visando a libertação das consciências do processo cultural de subserviência e heteronomia coletiva. Toda dominação implica numa invasão, frequentemente dissimulada, na qual o invasor se apresenta como benfeitor. No fundo, essa invasão é uma forma de dominação econômica e cultural, podendo se manifestar por meio de ações religiosas, artísticas, filantrópicas e de políticas públicas. Freire argumenta que, mesmo ao aderir à causa dos oprimidos, indivíduos podem reproduzir um tipo de “generosidade tão maléfica como a dos opressores”, pois ainda carregam as “marcas de sua origem: preconceitos e deformações como, entre outros, a falta de confiança no povo” (Freire, 1987, p. 47).

Neste contexto desenvolve-se o processo de colonização do ser, no qual os elementos de atração do opressor tornam-se irresistíveis para o oprimido. A identidade subjetiva é tocada de tal forma que a identidade cultural é transformada. E os valores do opressor “passam a ser a pauta dos invadidos. Quanto mais se acentua a invasão, alienando o ser da cultura e o ser dos invadidos, mais estes quererão parecer com aqueles: andar como aqueles, vestir à sua maneira, falar a seu modo” (Freire, 1987, p. 178).

A invasão cultural nem sempre resulta de planejamento deliberado. Frequentemente, manifesta-se por meio de agentes da própria comunidade invadida que, após serem subjugados em suas consciências, tornam-se reprodutores inconscientes dos valores metropolitanos. Assim, as instituições formativas, como escolas e universidades, podem reproduzir e disseminar mitos e práticas da estrutura dominante. “Os lares e as escolas”, afirma Freire (1987), “funcionam, em grande medida, nas estruturas dominadoras, como agências formadoras de futuras ‘invasores’” (Freire, 1987, p. 95). Por estar amparada em instituições socialmente legitimadas, tal dominação permeia todo o espectro social, desde a internalização de valores na infância até a ausência de pensamento crítico no ambiente de trabalho.

A educação, quando autêntica, materializa-se pelo estudo que aprimora capacidades como disciplina intelectual e postura crítica. Contudo, a educação bancária perverte este processo, inibindo a curiosidade e a criatividade. Esta modalidade transforma o estudo em mero processo de memorização e converte a assimilação de conhecimento em depósito de conteúdos inertes. Pode-se resumir que: “sua tônica reside fundamentalmente em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade” (Freire, 1981, p. 11).

A educação bancária fundamenta-se numa concepção mecanicista, na qual o educador assume o papel de depositário de conhecimentos em mentes consideradas vazias. Nesta dinâmica, o conhecimento é tratado como mercadoria a ser transferida, ignorando-se a capacidade crítica e criativa dos educandos. Freire sistematiza as características dessa centralidade autoritária: o educador educa e os educandos são educados; o educador sabe e o educando não sabe; o primeiro pensa e o segundo é pensado; o primeiro fala, o segundo ouve passivamente; o primeiro disciplina, o segundo é disciplinado; o educador decide e prescreve, o educando acata; o educador age, o educando segue seus passos; o primeiro define o conteúdo programático, os alunos aceitam. Assim, consolida-se uma relação pela qual o educador é o sujeito do processo, enquanto os educandos são reduzidos a meros objetos (Freire, 1987).

Esta educação fomenta a cultura do silêncio, fenômeno que se manifesta em formas de resistência passiva ou agressiva, mas que invariavelmente mascara os reais sentimentos dos oprimidos. Freire descreve a cultura do silêncio como aquela em que o: “corpo segue ordens de cima. Pensar é difícil; dizer a palavra, proibido” (Freire, 1981, p. 50). Os oprimidos se resignam porque não esperam que o processo educacional resolva problemas objetivos de sua realidade. A violência simbólica impõe o silêncio por meio de uma manipulação que se declara democrática, mas que efetivamente constrói desigualdades com regras rígidas, currículos impostos e testes padronizados (Freire, 1986).

Diante desses mecanismos, o núcleo central do pensamento freireano reside na busca pela liberdade, mediada por uma pedagogia que se efetiva mediante a participação livre e crítica. O oprimido deve ter a oportunidade de se descobrir e se afirmar como sujeito de sua história. Para Freire, a humanização é a vocação dos homens, enquanto a desumanização é uma distorção dessa vocação, que afeta tanto quem oprime quanto quem é oprimido. A superação autêntica da oposição opressores-oprimidos “não está na pura troca de lugar”, mas no surgimento de uma nova estrutura social, na qual os seres humanos sejam sujeitos históricos de sua própria libertação (Freire, 1987, p. 28).

A superação dessa estrutura passa necessariamente por um processo de conscientização que

tem início na capacidade do ser humano de se perceber como inconcluso. A consciência dessa incompletude se configura na raiz da educação, pois é a percepção de que o ser humano está em constante mudança buscando sempre um estágio mais elevado do que o atual. Portanto, “os homens têm consciência de que são incompletos, e assim, nesse estar inacabados e na consciência que disso têm, encontram-se as raízes mesmas da educação” (Freire, 1979, p. 42).

O ser humano pode existir no mundo ou com o mundo. No primeiro caso, ele está apenas condicionado às situações impostas, à semelhança dos animais. No segundo caso, há a condição de sujeito ativo que interage de forma a alterar e ser alterado pelas condições históricas e sociais. Existir transcende o mero viver, pois significa estar com o mundo, discernir e dialogar (Freire, 1967). Entretanto, “a conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão” (Freire, 1979, p. 15).

Esta dinâmica de pensar a realidade e agir sobre ela constitui o ato de trabalho. Ao analisar os níveis de consciência, Freire enfatiza a dialética entre superestrutura (ideias, valores) e infraestrutura (base econômica). A infraestrutura é formada nas relações por meio das quais o trabalho humano transforma o mundo, dando origem à superestrutura, que retorna à infraestrutura, influenciando-a novamente (Freire, 1979).

Este processo apresenta três estágios fundamentais:

- Consciência Intransitiva: O sujeito permanece estanque em si, sendo incapaz de transferir sua ação a outro. Sua percepção apresenta causas mágicas e superstições como fatores geradores do mundo, sem crítica e com inaptidão de ver desafios além da sobrevivência imediata (Freire, 1967);
- Consciência Transitiva Ingênua: Representa um avanço resultante de alterações socioeconômicas. O sujeito questiona a realidade, mas mantém explicações precárias e nexos parcialmente mágicos. É uma consciência desprovida de método e rigor, de fácil manipulação e pautada na alienação (Freire, 2013);
- Consciência Transitiva Crítica: Alcançada pela superação da ingenuidade em favor de explicações fundamentadas na relação dialética entre teoria e prática. É um processo de aproximação com a realidade que cria maior acurácia para desvelar a essência fenomênica do objeto (Freire, 1981).

Para que a consciência avance rumo à criticidade, faz-se necessária uma prática que vise a transformação social, definida como a “unidade inquebrantável entre a denúncia e o anúncio. Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais” (Freire, 1970, p. 120). Assim, constitui-se uma utopia que aponta os erros do presente e as possibilidades do futuro. Esta capacidade exige do educador o conhecimento da realidade baseado em fatos e o anúncio de uma nova realidade viável na práxis e em comunhão com as massas (Freire, 2013).

A autonomia e a liberdade causam medo, pois trazem responsabilidade. A superação deste medo constitui um processo de radicalização: ir aos fundamentos dos problemas para desvelar a realidade e denunciar as injustiças (Freire, 2013). Moacir Gadotti destaca que a teoria de Freire está enraizada na experiência existencial do oprimido, não admitindo a educação como motor automático da transformação, nem o pessimismo sociológico da mera reprodução. Outra questão visceral é que não se separa o ato pedagógico do ato político (Gadotti, 2013).

Freire argumenta que a educação e o conhecimento não são neutros; eles sempre servem a interesses específicos. A linguagem e a realidade estão vinculadas de maneira inseparável. Não há como pensar no processo educacional como algo neutro, pois essa negação esconde uma

condição de obscurecimento de sua natureza (Freire, 1983a). Qualquer pretensa neutralidade é falaciosa. Tanto os ingênuos quanto os astutos trabalham objetivamente contra a emancipação. O educador crítico sabe que não há neutralidade; o educador ingênuo aceita a falácia, agindo em sentido contrário à transformação (Freire, 2013).

O método freireano constitui uma pedagogia fundamentada na ética e na autonomia. Isso implica romper padrões tradicionais voltados para fórmulas consagradas. Busca criar um ambiente favorável ao conhecimento real que supere os mitos da injustiça social e a dicotomia entre teoria e prática (Freire, 1996). Alfabetização e conscientização são processos inseparáveis, vinculados à compreensão da realidade vivida pelo educando. É necessário que os temas sejam objetos de debates sem relações hierarquizadas (Freire, 1999).

A educação libertadora desenvolve-se em dois momentos: primeiro, o desvelamento crítico do mundo da opressão; segundo, a consolidação de uma pedagogia dos sujeitos em permanente libertação. Este processo efetiva-se pelo diálogo, rompendo a dicotomia educador/educando: ambos se tornam educadores e aprendizes. Como afirma Freire: “Não há docência sem discência”, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 12).

A educação que emerge desse processo ancora-se na abordagem problematizadora, fundamentada na denúncia das injustiças e no anúncio de possibilidades. Esta ação visa superar as percepções mágicas, elevando-as ao patamar de criticidade (Freire, 2000). O processo de humanização tem início na compreensão, por parte dos oprimidos, de seus contextos, criando uma estrutura de questionamento das intencionalidades por trás dos fatos sociais. Esta curiosidade crítica é o cerne da educação problematizadora (Freire, 1985).

A conscientização compreende o conhecimento aprofundado dos pontos sensíveis da realidade. Esse conhecimento, posto em prática para o benefício da comunidade, é caracterizado como uma ação cultural para a libertação: “um ato de conhecimento em que os educandos assumem o papel de sujeitos cognoscentes em diálogo com o educador” (Freire, 1981, p. 39).

A construção de uma práxis libertadora no Mercado Escola exige a superação da visão do produtor como mero objeto da extensão, promovendo o que se define como ontopráxis. Nesse contexto, a existência e o saber do ser humano se entrelaçam num processo de atuação/ confirmação da realidade, no qual o conhecimento se efetiva a partir da necessidade real. Os indivíduos desenvolvem a capacidade de verificar qual saber é capaz de suprir tal necessidade, cuja análise do objeto resulta na ciência de seu núcleo constitutivo e, portanto, na modificação do próprio ser (Rodrigues, 2020). Essa autonomia ontoprática é o que permite ao produtor deixar de apenas ajustar-se aos critérios burocráticos do Edital nº 346/2025 para se tornar um sujeito criador, cuja prática comercial reafirma sua vocação ontológica de “ser mais”.

A ação cultural não pode ser planejada exclusivamente pelo educador; seu conteúdo programático deve resultar do diálogo e da “investigação do que chamamos de universo temático” (Freire, 1987, p. 56). Para o planejamento dessa ação, torna-se imprescindível a identificação das situações-limites: os pontos sensíveis do cotidiano que precisam ser mapeados para possibilitar a superação das dificuldades. Essas situações não delimitam as possibilidades humanas, mas representam o limiar entre um universo de alternativas e o início de outro. Em termos freireanos, é a fronteira entre o “ser e o ser mais” (Freire, 1987, p. 122).

Dentro desse contexto ocorre a crítica à noção tradicional de extensão universitária. O ato de estender algo de um sujeito ativo a um sujeito passivo não corresponde a um fazer educativo libertador, mas sim a um processo que resulta em invasão cultural (Freire, 1983b). A extensão torna-se invasão pois o conteúdo reflete a visão de mundo do extensionista, que se sobrepõe à da comunidade. Esta perspectiva percebe os indivíduos como carentes de determinado saber, receptáculos de saberes acadêmicos exógenos. A extensão: “engloba ações que transformam

o camponês em ‘coisa’, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo” (Freire, 1983b, p. 7).

Freire argumenta que alguns extensionistas utilizam termos como “persuasão, propaganda, aplicação”, que remetem à sobreposição de saberes e hierarquia de conhecimento. Tal ótica é incompatível com a educação libertadora, pois está alinhada com a educação bancária que visa a transferência de conhecimento e a domesticação dos indivíduos, tornando-se alienante e ineficaz do ponto de vista humanista (Freire, 2013). A verdadeira comunicação, em oposição à extensão invasora, exige que o conhecimento seja construído na comunhão, respeitando o saber do outro e transformando ambos os sujeitos no processo de desvelamento do mundo.

METODOLOGIA

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de análise documental, fundamentada na hermenêutica crítica e na análise de conteúdo. A metodologia empregada baseia-se na perspectiva da pedagogia crítica freiriana, que compreende a análise de documentos não como textos neutros, mas como construções sociais que refletem relações de poder, ideologias e visões de mundo específicas.

A escolha metodológica alinha-se com a própria epistemologia freiriana, que rejeita a neutralidade do conhecimento e propõe uma análise crítica que desvele as contradições e as implicações políticas dos discursos e práticas educacionais. Assim, a metodologia não se limita a uma descrição do conteúdo do edital (UFMS, 2025a), mas busca problematizar suas estruturas, linguagens e pressupostos subjacentes.

Sendo assim, o corpus principal desta análise é constituído pelo edital nº 346/2025 - PROECE/UFMS, publicado em 08 de julho de 2025, que disciplina a seleção de empreendimentos para exposição, qualificação e comercialização de produtos no Mercado Escola da UFMS. O documento foi analisado em sua integralidade, considerando tanto o texto explícito quanto as implicações implícitas de suas diretrizes.

Como referencial teórico de análise, utilizou-se um conjunto abrangente de obras de Paulo Freire e estudos sobre sua pedagogia libertadora, com particular ênfase nos conceitos de invasão cultural, educação bancária, cultura do silêncio, conscientização, diálogo e práxis. O referencial teórico foi construído a partir de fontes primárias e secundárias que abordam os mecanismos de opressão e dominação, bem como as propostas de libertação e humanização presentes no pensamento freiriano.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

Baseadas nos pilares de Paulo Freire para identificar contradições no edital:

- a) Invasão Cultural: Sobreposição de valores institucionais sobre os saberes locais;
- b) Educação Bancária: Relação hierárquica na qual a universidade detém o saber e o participante é passivo;
- c) Cultura do Silêncio: Mecanismos de controle que limitam a autonomia e o questionamento;
- d) Não Neutralidade Institucional: Interesses e visões de mundo por trás das regras e seleções;
- e) Ausência de Temas Geradores: Falta de diálogo na construção de conteúdos a partir da realidade dos participantes.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Etapas sequenciais da investigação:

- a) Leitura Crítica: Compreensão integral da estrutura e objetivos do documento;
- b) Codificação Temática: Mapeamento de trechos conforme as categorias freireanas;
- c) Análise Comparativa: Diálogo crítico entre o edital e o referencial teórico;
- d) Problematização: Síntese entre a denúncia das falhas e o anúncio de possibilidades;

CRITÉRIOS DE RIGOR METODOLÓGICO

Garantia da validade científica:

- a) Transparência: Interpretações baseadas em citações diretas e verificáveis.
- b) Coerência Teórica: Fidelidade absoluta à epistemologia de Freire.
- c) Contextualização: Consideração do cenário histórico da extensão universitária.
- d) Reflexividade: Reconhecimento da posição política e não neutra do pesquisador.

LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

A presente investigação assume um caráter estritamente documental e temporalmente localizado na publicação do edital (UFMS, 2025a), o que implica na ausência das vozes e percepções dos sujeitos diretamente envolvidos cujas experiências práticas poderiam ampliar os horizontes desta análise. Embora o recorte teórico freiriano ofereça uma lente crítica profunda e necessária, reconhece-se que a exclusão de outras perspectivas teóricas e de dados empíricos limita a compreensão da implementação real do documento, sinalizando a importância de futuras pesquisas que integrem o diálogo direto e a escuta ativa para uma síntese ainda mais humana e transformadora.

ANÁLISE DO EDITAL

O Edital é a formalização documento e publica da iniciativa da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para promover a exposição, qualificação e comercialização de produtos de diversos segmentos, como agricultura familiar, povos originários, artesanato e economia criativa, no Mercado Escola da UFMS (UFMS, 2025).

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A POTENCIAL INVASÃO CULTURAL NO EDITAL

No contexto do Edital nº 346/2025 - PROECE/UFMS que é publicado pela PROECE - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte da UFMS, confere ao Mercado Escola a condição de uma plataforma de projetos de extensão que visa agregar diversas ações de exposição e comercialização de produtos, além da oferta de qualificação e capacitação, assim a ação extensionista pode ser direcionada tanto para a questão teórico em sala de aula quanto para a questão prática que é na comercialização dos produtos.

Entretanto, quando não é dialogicamente construída a extensão universitária, pode ser uma imposição de conhecimento de um grupo a outra, tornando-se uma invasão cultural. Nas regras de permanência do edital há a previsão da participação obrigatória em “pelo menos 12 atividades de capacitação, presenciais ou *online*, ao longo do período de 12 meses” (UFMS, 2025a, p. 7). Neste caso, verifica-se a ausência de um processo claro de co-construção desses conteúdos de capacitação, partindo dos “temas geradores” e das “situações-limite” dos próprios participantes,

pode configurar uma abordagem unidirecional.

Quando há uma definição unilateral dos termos e os conteúdos, por parte da universidade, se corre o risco de se posicionar como detentora exclusiva do saber válido, subestimando a capacidade de ação e reflexão dos participantes e, assim, reproduzindo um processo de colonização do ser, por meio do qual os valores da instituição passam a ser a pauta dos participantes. Isso em um primeiro momento pode parecer um alinhamento, mas, quando se pensa em pequenos produtores rurais, verifica-se que eles têm seus próprios valores e concepções e que a cultura do silêncio é um constante em sua conduta, e a universidade poderia ser um divisor em tal dinâmica.

Em muitos casos, o extensionista ao buscarem um aprimoramento técnico e produtivo empreendem um processo unidirecional, levando uma mudança no comportamento que nada tem a ver com a conscientização do trabalhador, sendo mais ligada a uma lógica instrumental (Freire, 1985). Dentro de tal lógica, o objetivo é o da substituição das técnicas empíricas por conhecimento científico, o que, embora possa melhorar a produção, pode ser nocivo ao sujeito, aos conhecimentos tradicionais e à cultura local, pois tal educação trabalha em prol da domesticação dos indivíduos. De forma que o trabalho do extensionista “não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar etc” (Freire, 1983b, p. 24).

EDUCAÇÃO BANCÁRIA E A CULTURA DO SILÊNCIO NO EDITAL

No item 8.4. do edital, que trata das regras de permanência, cita-se a exigência de cumprimento do “Manual de Conduta do Mercado Escola da UFMS” e, no item 8.5., cita a avaliação contínua dos participantes por meio de um “Formulário de Avaliação de Não Conformidade” (UFMS, 2025a, p. 7). Tais práticas, se não forem eticamente construídas de modo a integrar diferentes atores para estabelecer o melhor meio de conduta, passam a figurar como mais um mecanismo de controle que prescrevem comportamentos e limitam a autonomia.

O Manual de Conduta, conforme explicitado em sua introdução, “estabelece as diretrizes de conduta esperadas de todos os envolvidos” e detalha “Princípios Gerais de Conduta” e “Condutas Específicas para Agricultores”, entre outros, como a “Qualidade e Segurança dos Produtos” e a “Apresentação e organização das bancadas” (UFMS, 2025b, p. 1).

Já a lista de “não conformidades” no Anexo III do edital, que abrange desde a cordialidade até o cumprimento de prazos, sugere uma relação em que a instituição define as regras e os participantes devem “acatar” e “obedecer”, sem um espaço explícito para o diálogo sobre a construção dessas normas (UFMS, 2025a, p. 12).

Um exemplo contundente dessa prescrição é a “Proibição de Manifestações e Símbolos de Movimentos Políticos ou Sociais” (UFMS, 2025b, p. 2), que visa “manter um ambiente neutro, inclusivo e focado exclusivamente nas atividades educacionais, extensionistas e comerciais”. Esta seção veda explicitamente “o uso ou exibição de bandeiras, faixas, broches, vestimentas ou quaisquer outros símbolos visíveis que representem movimentos, partidos ou causas” e “a realização de gritos de guerra, cânticos, discursos ou manifestações verbais coletivas com conotação política, social, religiosa ou ideológica”. O descumprimento desta norma pode acarretar “Advertência”, “Suspensão de acesso ao espaço” ou “Encaminhamento às instâncias administrativas superiores da Universidade” (UFMS, 2025b, p. 3).

Esta dinâmica prescritiva, na qual os trabalhadores devem adequar seus comportamentos a um código de conduta heterônomo às suas práticas comunitárias, estabelece condições para a emergência da inautenticidade como estratégia de socialização e aceitação no ambiente institucional. Configura-se, assim, uma estrutura que pode ser caracterizada como extensão bancária,

na qual as diretrizes para o êxito do empreendimento extensionista são previamente elaboradas e prescritas pela instituição, enquanto os sujeitos - neste caso, os trabalhadores - são compelidos a moldar-se a procedimentos alheios à sua ética e cultura originais.

Esta imposição de padrões comportamentais e cognitivos exógenos resulta no silenciamento das vozes dos participantes, fomentando a denominada cultura do silêncio - um estado psicossocial de constante opressão no qual a passividade é bem-vinda. Neste contexto, a autenticidade cultural dos trabalhadores é suprimida em favor de uma conformidade institucional que reproduz relações de dominação, por meio das quais a universidade assume o papel de detentora do saber legítimo e os participantes são reduzidos a receptores passivos de normas e valores pré-estabelecidos.

A NÃO NEUTRALIDADE E O PAPEL DA INSTITUIÇÃO NO EDITAL

A análise do edital revela que a UFMS, enquanto instituição, assume o papel de definidora dos critérios de seleção, modalidades, regras de permanência e conteúdos de capacitação, sem evidências de que tenha ocorrido um processo dialógico entre os trabalhadores e a instituição para a construção dessas normativas. Esta posição de poder institucional, mesmo quando permeada por boas intenções, jamais constitui uma ação neutra, mas expressa intencionalidades específicas que hierarquizam e sobrepõem determinados saberes em detrimento de outros.

Os critérios de seleção estabelecidos no edital (itens 5.4, 5.7, 5.9, 5.11, 5.13, 5.15, 5.18) referentes às categorias Agricultura Familiar; Agricultura Urbana e Periurbana; Povos Originários e Comunidades Tradicionais; Alimentação Natural e Regional; Plantas Não Convencionais, Medicinais e Químico-Farmacêuticos Artesanais; Artesanato e Economia Criativa; e Estudantes de Graduação e Pós-Graduação com CadÚnico (UFMS, 2025a), exemplificam esta hierarquização ao valorizar certificações formais, quantificação de produtos e, em determinadas modalidades, a Média Geral Acadêmica (MGA) para estudantes. Esta abordagem revela uma perspectiva academicista na avaliação dos produtores rurais, pressupondo inadequadamente que o desempenho acadêmico formal constitui indicador fidedigno da capacidade produtiva de indivíduos oriundos, por exemplo, de comunidades tradicionais, cujos saberes e práticas frequentemente transcendem os parâmetros de avaliação institucional convencionais.

Tal configuração reproduz o que Freire caracteriza como invasão cultural, mediante a qual os valores e critérios da instituição dominante são impostos como universalmente válidos, desconsiderando as especificidades culturais, os saberes tradicionais e as formas próprias de organização dos grupos participantes (Freire, 1983b).

Embora os critérios possam ser justificados por padrões de qualidade e organização, eles também refletem uma visão institucional do que é qualificado ou apropriado. Entretanto, essas adequações podem não dialogar plenamente com os saberes e práticas tradicionais ou empíricos dos participantes.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO REFLEXO DE UMA EDUCAÇÃO BANCÁRIA NO EDITAL

Assim, quando reduz o alcance do diálogo e da problematização da realidade do público-alvo, a extensão universitária transforma-se em uma extensão bancária, por meio da qual a instituição de ensino e seus extensionistas assumem a pretensão de levar o saber a sujeitos supostamente dele desprovidos, sem reconhecer seus conhecimentos prévios, sua capacidade de produzir novos saberes e o potencial de construção compartilhada de conhecimento entre universidade e comunidade. Isso leva à domesticação dos indivíduos, submetendo-os a saberes exógenos e desconectados de suas realidades, tornando-se alienantes e ineficazes do ponto de vista humanista.

No contexto do Mercado Escola, essa dinâmica pode ser notada quando a universidade assume o papel de quem sabe e os participantes são vistos como aqueles que necessitam saber, essa condição reproduz uma lógica de hierarquia epistemológica ou ainda de um processo de extermínio epistêmico que nega os conhecimentos empíricos, populares e tradicionais em prol de uma única verdade de saber: o científico.

Sob a perspectiva freiriana, as regras, normas de conduta e atividades de capacitação deveriam emergir de temas geradores identificados pelos próprios participantes, a partir de suas realidades concretas e situações-limite específicas. Nesta abordagem, uma pedagogia libertadora estabeleceria um processo de investigação temática capaz de identificar as necessidades, desafios e potencialidades dos empreendedores, agricultores familiares, povos originários e artesãos participantes.

Esta investigação deveria ser conduzida de forma dialógica, na qual universidade e participantes se constituem como sujeitos cognoscentes em busca de compreender e transformar sua realidade comum. Tal processo proporcionaria tanto à universidade quanto às comunidades elementos de saberes passíveis de intercâmbio, criando um espaço democrático de ação voltado à interação entre conhecimento científico e saberes locais.

Este modelo configura o que Freire (1981) denomina ação cultural dialógica, por meio da qual o conhecimento é construído coletivamente mediante a práxis transformadora, superando a dicotomia entre quem ensina e quem aprende. Nessa perspectiva, a extensão universitária transcenderia sua função tradicionalmente assistencialista para constituir-se como um processo de educação mútua, por intermédio do qual todos os sujeitos envolvidos se educam e se transformam através do diálogo crítico, bem como acerca de suas realidades e possibilidades de intervenção.

PROPOSTAS PARA UMA PRÁXIS LIBERTADORA NO MERCADO ESCOLA

Para que o Mercado Escola da UFMS se constitua como espaço libertador, faz-se necessário um esforço intencional e sistematizado que contemple: a promoção do diálogo horizontal na definição dos objetivos e métodos das capacitações; a valorização dos saberes empíricos e culturais dos participantes como fundamento para a construção de novos conhecimentos; o incentivo à curiosidade crítica em substituição à mera conformidade normativa; e o reconhecimento da não neutralidade da própria iniciativa, buscando ativamente a decolonização das consciências e a inserção das classes populares na História não mais como espectadoras, mas como protagonistas e autoras de sua transformação.

Este processo encontra amparo na pedagogia freireana, particularmente em sua concepção crítica de extensão universitária. A superação das disfunções identificadas no edital, sob a ótica da teoria freiriana, demandaria a transição da extensão - compreendida como ato de estender conhecimento de um ponto a outro - para a comunicação, por meio da qual vivências e conhecimentos são compartilhados e, a partir desses intercâmbios, emergem novos saberes e experiências (Freire, 1983b).

Igualmente, torna-se necessária a transição de uma concepção de educação bancária para a educação problematizadora, uma vez que a manutenção da primeira gera adaptações que se estendem à extensão universitária, configurando o que se pode denominar extensão bancária. Nesta modalidade, o indivíduo é percebido e tratado como recipiente vazio que, após ser devidamente preparado e tornado adequado, está apto a receber o conhecimento institucional, reproduzindo assim as relações de dominação que a pedagogia libertadora busca superar.

CONCLUSÃO

A análise crítica do Edital (UFMS, 2025a) sob a perspectiva da pedagogia libertadora de Paulo Freire revela contradições fundamentais entre os objetivos declarados de inclusão social e as práticas efetivamente propostas. Embora a iniciativa do Mercado Escola apresente potencial transformador ao criar espaços de comercialização e capacitação para agricultores familiares, povos originários e artesãos, sua concepção e estruturação reproduzem mecanismos característicos da invasão cultural e da educação bancária.

Os resultados da análise confirmam a hipótese inicial de que o edital, apesar de suas intenções inclusivas, configura uma forma de extensão bancária que representa uma disfunção inerente ao modelo de educação bancária, mas que se estende para os demais ramos da educação, neste caso sendo a extensão universitária. Esta conclusão fundamenta-se em evidências concretas: a definição unilateral de critérios de seleção que privilegiam certificações formais em detrimento de saberes tradicionais; a imposição de normas de conduta heterônomas às práticas comunitárias; a proibição de manifestações políticas e sociais que silencia vozes e identidades; e a ausência de processos dialógicos na construção dos conteúdos de capacitação.

A investigação demonstra que a universidade, ao assumir o papel de definidora de regras, critérios e conteúdos, reproduz a lógica da invasão cultural, mediante a qual os valores institucionais são impostos como universalmente válidos. Esta dinâmica fomenta a cultura do silêncio, transformando os participantes em receptores passivos de conhecimentos pré-determinados, negando sua capacidade de reflexão crítica e ação transformadora.

Contudo, a análise também revela possibilidades de superação dessas contradições mediante a implementação de práticas verdadeiramente libertadoras. A transição da extensão como ato de estender para a comunicação dialógica, conforme proposto por Freire, demanda: a construção coletiva de objetivos e métodos a partir de temas geradores identificados pelos próprios participantes; a valorização dos saberes empíricos e culturais como fundamento para novos conhecimentos; o incentivo à curiosidade crítica em substituição à conformidade normativa; e o reconhecimento da não neutralidade das práticas educativas.

Para que o Mercado Escola se constitua como espaço de ação cultural libertadora, faz-se necessária uma reformulação radical de seus fundamentos epistemológicos e metodológicos. Isso implica superar a concepção assistencialista da extensão em favor de uma práxis transformadora que reconheça todos os sujeitos envolvidos como produtores de conhecimento e protagonistas de sua própria história.

As limitações desta pesquisa, centrada exclusivamente na análise documental, apontam para a necessidade de estudos futuros que incorporem as vozes dos participantes efetivos do Mercado Escola, bem como a análise de sua implementação prática. Tais investigações poderiam revelar resistências, adaptações e possibilidades de transformação não evidentes na análise dos documentos oficiais.

Finalmente, este estudo contribui para o debate sobre as práticas universitárias, demonstrando a urgência de repensar a extensão universitária como espaço de diálogo horizontal e construção coletiva de conhecimentos. A pedagogia libertadora de Paulo Freire oferece não apenas instrumentos críticos para desvelar contradições, mas também caminhos concretos para a construção de uma universidade verdadeiramente comprometida com a transformação social e a humanização dos sujeitos.

A superação da extensão bancária em direção a uma ação cultural dialógica representa, assim, não apenas uma necessidade acadêmica, mas um imperativo ético e político para a construção de relações mais justas e democráticas entre universidade e sociedade.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1959.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira; prefácio de Jacques Chonchol. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- GADOTTI, Moacir. Educação e ordem classista. In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte. **Edital nº 346/2025 – PROECE/UFMS. Exposição e Comercialização Permanente do Mercado Escola da UFMSa**. 2025a. Disponível em: <https://proece.ufms.br/edital-346-2025>. Acesso em: 04 nov. 2025.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Manual de conduta Mercado Escola UFMSb**. 2025b. Disponível em: <https://mercadoescola.ufms.br/manual-de-conduta-mercado-escola-ufms/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

Data de recebimento: 31/03/2026

Data de aceite para publicação: 18/05/2026